

PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DE DEMOLIÇÃO (PPGRCD)

Empreitada referente à 1ª fase de **“Construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde”**

Maio 2025

Dono da Obra	Nome: BEAUTIFUL ANGELS, LDA Endereço: Rua dos Depósitos nº 87 Ameal 3045-293 Coimbra
Entidade Executante	Nome: Endereço:
Coordenador de Segurança	Nome: Endereço:
Nº de Revisão do PPGRCD	



ÍNDICE

1. ASPETOS GERAIS	4
1.1. Objetivos	4
1.2. Caracterização Sumária da Obra	5
1.3. Divulgação e Distribuição do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição	9
2. ESTRUTURA E RESPONSABILIDADES	9
2.1. Formação e Informação	10
3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	10
3.1. Tipo de Resíduos Produzidos	10
3.2. Incorporação de Reciclados	11
3.3. Registo de Produção de RCD	13
3.4. Acondicionamento e Triagem	13
4. OPERAÇÕES DE GESTÃO POR ENTIDADES EXTERIORES	14
4.1. Transportes de Resíduos	14
4.2. Destino Final	15
5. ANEXOS	16

1. ASPETOS GERAIS

1.1. Objetivos

O presente Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição (PPGRCD), em fase de projeto, referente à empreitada da 1ª fase (movimentos de terras, estruturas em betão armado, arruamentos privados e arruamento público e redes de infra-estruturas exteriores (águas, esgotos, drenagem pluvial, PT, iluminação pública, alimentação elétrica, ITUR)) de construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde, da BEAUTIFUL ANGELS, LDA, pretende responder aos requisitos exigidos na legislação em vigor com o objetivo com este plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e de Demolição pretende-se estabelecer as regras fundamentais das ações dirigidas à prevenção dos impactes ambientais associados às atividades em obra visando assegurar o cumprimento dos princípios gerais de gestão de RCD e das demais normas aplicáveis evitando a eliminação dos resíduos e promovendo a sua valorização e incorporação.

O presente documento estabelece as diretrizes para o correto manuseamento, triagem, armazenagem e envio a destino final adequado resultante dos trabalhos da Empreitada. Prevê-se que a maioria dos RCD sejam indiretos, pelo que as quantidades estão diretamente dependentes dos Métodos Construtivos a implementar e da Formação dos Trabalhadores. Os RCD indiretos serão a grande maioria dos resíduos a produzir durante a construção pelo que o e poderá ser atualizado sempre que, com o decorrer dos trabalhos se justifique.

Este Plano está articulado com o Plano de Estaleiro onde estão previstas todas as áreas necessárias para a sua implementação.

Os objetivos deste manual traduzem-se na adoção de práticas de gestão ambiental, designadamente:

- Prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
- Cumprimento da legislação vigente;
- A promoção da reutilização de materiais e a incorporação de reciclados de RCD na obra;
- A existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva dos RCD;
- A aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD ou, nos casos em que não seja possível, o seu encaminhamento para operador de gestão licenciado;
- Que os RCD são mantidos em obra o mínimo tempo possível, sendo que, no caso de resíduos perigosos, esse período não pode ser superior a 3 meses;
- Definição e implementação de medidas de minimização dos aspetos ambientais mais significativos;
- Definição de responsabilidade pela gestão dos aspetos ambientais;
- Fomento junto de todos os Colaboradores e a todos os níveis da hierarquia na obra, do sentido de responsabilidade pela proteção ambiental.

1.2. Caracterização Sumária da Obra

Dono da Obra	Nome: BEAUTIFUL ANGELS, LDA Endereço: Rua dos Depósitos nº 87 Ameal 3045-293 Coimbra
Tipo de Obra	Construção
Tipo de Utilização	Saúde
Local da Obra	Rua: Granjal - Cimo das Vinhas Localidade: Concelho: Coimbra
Previsão de início dos trabalhos	10/07/2025
Previsão de conclusão dos trabalhos	09/02/2026

O presente PPGRCD é relativo ao Projeto: “Empreitada da 1ª fase de construção da Unidade de Cuidados Continuados e Paliativos e Desenvolvimento de Tecnologias de Saúde, da BEAUTIFUL ANGELS, LDA”, que servirá de base à execução da empreitada.

Os trabalhos constam da construção de um edifício localizado no Granjal – Cimo das vinhas na União de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas.

-Métodos e Processos Construtivos

Atividade	Método Construtivo
Montagem e desmontagem de estaleiro	Conforme caderno de encargos Assegurar a organização do estaleiro de forma a reduzir o desperdício e otimizar as quantidades de materiais afetos à obra, minimizando os resíduos produzidos. Todos os resíduos devem ser devidamente triados e encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em detrimento da eliminação.
Escavações	Conforme caderno de encargos

Atividade	Método Construtivo
	<p>Escavação Manual e Mecânica a executar de forma cuidada para garantir que as terras escavadas não sofrem qualquer contaminação de modo a que possam ser reutilizadas em trabalhos de modelação do terreno, cobertura de valas, taludes ou outros usos aplicáveis na obra ou noutro local autorizado/licenciado.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os materiais excendentários devem ser encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado.</p>
Demolições	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Demolição Manual e Mecânica de forma seletiva, sempre que possível, com a remoção e separação dos materiais que podem ser reutilizados (ex: madeiras, azulejos, telhas, pedras) e/ou reciclados/incorporados na obra mediante o cumprimento da legislação em vigor (ex: resíduos inertes em preenchimento de valas, regularização de caminhos rurais e florestais).</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Trabalhos de betão armado	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Prever a utilização de cofragem com madeira proveniente da demolição, sempre que possível.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reciclar/incorporar os resíduos inertes resultantes da lavagem das caleiras, betoneiras e baldes de betonagem na obra mediante o cumprimento da legislação em vigor (ex: RCDs em preenchimento de valas).</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Estrutura metálica	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais sobrantes.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>

Atividade	Método Construtivo
Coberturas	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais sobrantes.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Impermeabilizações	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais sobrantes.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Alvenarias, cerâmicos	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar/incorporar os materiais sobrantes mediante o cumprimento da legislação em vigor.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Revestimentos (ex: gesso cartonado, cerâmicos e outros)	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Prever a utilização de cofragem com madeira proveniente da demolição, sempre que possível.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar/incorporar os materiais sobrantes mediante o cumprimento da legislação em vigor.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Pinturas	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais com baixa emissão de COVs.</p>

Atividade	Método Construtivo
	<p>Garantir a execução dos trabalhos de acordo com as especificações técnicas do fabricante.</p> <p>Assegurar a gestão correta das embalagens com substâncias químicas, no que se refere ao seu manuseamento, armazenamento e operações de trasfega de forma a minimizar a produção e a perigosidade de resíduos, através da implementação de medidas de prevenção de derrames (ex: acondicionamento em recipientes estanques, sobre bacias de retenção e em local impermeabilizado, ao abrigo da intempérie, dotado de KIT de contenção (ex: areia/absorventes).</p> <p>Todos os resíduos resultantes, incluindo os da lavagem dos pincheis e trinchas devem ser devidamente triados e encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Revestimento de paredes exteriores	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais sobrantes.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Carpintarias	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais sobrantes.</p> <p>Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Caixilharias, vidros, serralharias	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Todos os resíduos devem ser devidamente triados e encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.</p>
Mobiliário e equipamento sanitário	<p>Conforme caderno de encargos</p> <p>Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis.</p> <p>Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais</p>

Atividade	Método Construtivo
	sobrantes. Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.
Instalações Técnicas (águas, esgotos, instalações elétricas, telecomunicações, segurança contra incêndios, AVAC, rede abastecimento gás)	Conforme caderno de encargos Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis. Todos os resíduos devem ser devidamente triados e encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.
Arranjos Exteriores	Conforme caderno de encargos Privilegiar o recurso a materiais reciclados e recicláveis; Avaliar a possibilidade de reutilizar em obra e/ou reciclar os materiais sobrantes. Na sua impossibilidade, depois de triados, os resíduos devem ser devidamente encaminhados para operador de resíduos licenciado/autorizado, privilegiando as operações de valorização em deterioramento da eliminação.

1.3. Divulgação e Distribuição do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e de Demolição

A divulgação do PPGRCD assume uma importância extrema para a garantia da execução da obra em segurança, ficando a cargo da Entidade Executante.

No **Anexo I** encontra-se o modelo onde deverá ser feito o registo da distribuição do PPGRCD.

O PPGRCD e o seu desenvolvimento serão colocados no estaleiro da obra, em local acessível a todos os que queiram consultar, e serão dados a conhecer a todos os intervenientes na empreitada antes do início das atividades para as quais foram contratadas e a cada atualização.

O Dono de Obra deve dar conhecimento, por escrito, do PPGRCD aprovado à Entidade Executante, a qual deve dar conhecimento aos subempreiteiros e trabalhadores independentes por si contratados, antes da respetiva intervenção no estaleiro, da totalidade ou parte deste que devam conhecer por razões de prevenção.

2. ESTRUTURA E RESPONSABILIDADES

Definição dos responsáveis em obra pelos seguintes aspetos:

- O responsável pela gestão ambiental – Técnico de SHST e Direção de Obra.

- O responsável pela implementação e divulgação do Plano - Técnico de SHST e Direção de Obra.
- O responsável pela seleção dos Operadores de Gestão de Resíduos – Técnico de SHST e Direção de Obra.
- O responsável pelo preenchimento dos Registos – Técnico de SHST.

2.1. Formação e Informação

A informação sobre o plano de gestão de resíduos será disponibilizada na obra (Vitrine de Segurança).

Será dada formação aos trabalhadores, através de ações de formação para maximizar o seu desempenho para o cumprimento do PPGRCD.

3. PREVENÇÃO E GESTÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Com vista a garantir a sustentabilidade ambiental da atividade da construção civil, os trabalhos serão ser preparados os trabalhos de modo a evitar desperdícios e promover a reutilização de materiais. Serão igualmente promovidas ações de formação junto dos trabalhadores para se evitarem desperdícios e para garantir uma triagem mais eficaz.

A regulamentação da gestão de Resíduos de Construção e Demolição (RCD) obedece ao disposto na legislação específica, o Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de Março. Este diploma estabelece o regime das operações de gestão de RCD, compreendendo a sua prevenção e reutilização e as suas operações de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação.

A obrigatoriedade do cumprimento do regime da gestão de RCD resultante do diploma em causa está também consagrada no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, o Código dos Contratos Públicos e no Decreto-Lei nº 60/2007, de 4 de Setembro, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação.

3.1. Tipo de Resíduos Produzidos

De acordo com o tipo de obra existem resíduos com separação obrigatória e outros facultativos, esses resíduos encontram-se descritos na tabela I.

Tabela I: Tipos de resíduos e obrigatoriedade de separação:

Tipo de resíduo	Código LER	Construção
Mistura de Metais	17 04 07	Obrigatório
Madeira/ Aparas/ Serradura	17 02 01	Obrigatório
Misturas de betão, tijolos, ladrilhos telhas e materiais cerâmicos não perigosos	17 01 07	Obrigatório
Amianto em materiais de construção	17 06 05	Obrigatório

Tipo de resíduo	Código LER	Construção
Amianto em materiais de isolamento	17 06 01	Obrigatório
Misturas de resíduos de construção e demolição	17 09 04	Obrigatório
Papel e cartão	20 01 01	Obrigatório
Plástico	17 02 03	Obrigatório
Vidro	17 02 02	Obrigatório
Materiais à base de gesso	17 08 02	Obrigatório
Tijolos	17 01 02	Obrigatório
Ladrilhos, telhas e materiais cerâmicos	17 01 03	Obrigatório
Misturas de resíduos urbanos e equiparados – (Lixos Urbanos Indiferenciados)	20 03 01	Obrigatório

Existem outros tipos de resíduos com possibilidade de ocorrência durante o período da obra, dependendo da alteração de materiais ou processos construtivos, podendo a sua separação ser requerida posteriormente entre a Fiscalização e o Empreiteiro sendo neste caso atualizado o PPGRCD.

Produção de resíduos

Composição dos resíduos	LER	Quantidade (t)	Quantidade Eliminada	Oper. Eliminação
--	--	--	--	--

3.2. Incorporação de Reciclados

- Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD

Dada as características e especificidades desta obra não existem condições para a incorporação de reciclados de RCD. No entanto em fase de Obra poderão ocorrer situações não previstas que permitam a incorporação de RCD. Caso essas situações venham a ocorrer serão previamente aprovadas pela Fiscalização. Caso a Fiscalização autorize e o solicite, será atualizado mensalmente o seguinte quadro e anexado às atas de reunião de obra.

- Reciclados de RCD integrados na Obra

Identificação dos Reciclados	Quantidade Integrada na Obra (t ou m3)	Quantidade Integrada Relativamente ao Total de Materiais Usados (%)
--	--	--
--	--	--

Valor Total	--	--
--------------------	----	----

- Metodologia de prevenção de RCD

Atendendo às características e especificidades da obra, não existe matéria que sustente a aplicação de uma metodologia de prevenção de produção de resíduos de construção e demolição que não sejam uma preparação dos trabalhos que evite desperdícios e a formação dos trabalhadores.

- Materiais a Reutilizar em Obra

No quadro abaixo apresenta-se os materiais possíveis de serem reutilizados, no entanto em fase de Obra poderão ocorrer situações não previstas que permitam a reutilização de RCD. Caso essas situações venham a ocorrer serão previamente aprovadas pela Fiscalização. Caso a Fiscalização autorize e o solicite, será atualizado mensalmente o seguinte quadro e anexado às atas de reunião de obra.

Identificação dos Materiais	Quantidade a Reutilizar (t ou m3)	Quantidade a Reutilizar Relativamente ao Total de Materiais Usados (%)
--	--	--
Valor Total	----	----

Para executar o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), seguir-se-á o seguinte:

- Promoção de reutilização de materiais e incorporação de reciclados de RCD na obra (quando aplicável);
- Existência na obra de um sistema de acondicionamento adequado que permita a gestão seletiva de RCD;
- Aplicação em obra de uma metodologia de triagem de RCD, ou nos casos em que não seja possível o seu encaminhamento para um operador de gestão licenciado;
- Os RCD são mantidos em obra o mínimo tempo possível, sendo que, no caso de resíduos perigosos esse período não pode ser superior a 3 meses.

O PPGRCD estará disponível no local da obra e será do conhecimento de todos os intervenientes na execução da obra.

Sempre que possível serão utilizados produtos/materiais de RCD e que tenham sido objeto de processamento com vista a obedecerem rigorosamente às normas técnicas ou, na sua ausência, às especificações técnicas.

A Agência Portuguesa do Ambiente dispõe já das especificações técnicas definidas pelo LNEC sobre RCD e respetivas aplicações, indicadas em seguida, as quais traduzem as utilizações potenciais mais comuns no sector da construção civil, permitindo dar resposta às principais necessidades dos operadores e agentes do sector:

- E 471 – 2006: Guia para a Utilização de Agregados Reciclados Grossos em Betões de ligantes Hidráulicos;
- E 472 – 2006 Guia para a Reciclagem de Misturas Betuminosas a Quente em Central;
- E 473 – 2006 Guia para a Utilização de Agregados Reciclados em Camadas Não Ligadas de Pavimentos;

- E 474 – 2006 Guia para a Utilização de Resíduos de Construção e Demolição em Aterro e Camada de Leito de Infraestruturas de Transporte.
- E 483 - Guia para a utilização de agregados reciclados provenientes de misturas betuminosas recuperadas para camadas não ligadas de pavimentos rodoviários.
- E 484 - Guia para a utilização de materiais provenientes de resíduos de construção e demolição em caminhos rurais e florestais.
- E 485 - Guia para a utilização de materiais provenientes de resíduos de construção e demolição em preenchimento de valas.

3.3. Registo de Produção de RCD

Será elaborado um registo dos resíduos produzidos e enviados para vazadouro autorizado e será entregue mensalmente à Fiscalização sempre que solicitado.

Os resíduos referentes ao código LER 17 06 05 Amianto em materiais de construção, deverão ser tratados de acordo com o Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de Julho.

3.4. Acondicionamento e Triagem

Acondicionamento

O tipo de acondicionamento e sinalização difere consoante o tipo de resíduos devendo, contudo, assegurar-se que:

- Não ocorrem misturas de tipos de resíduos, nem com outros materiais da obra;
- Os resíduos não estão acessíveis a pessoas estranhas à obra;
- Os resíduos se encontram num espaço confinado e coberto (consoante as condições climáticas e o tipo de resíduo armazenado);
- O tipo de armazenagem é o mais eficaz para a sua posterior recolha;
- Os contentores/*big bags* se encontram disponíveis e com capacidade suficiente de carga para a separação.

Será providenciada a colocação de contentores para os resíduos de:

- Madeira;
- Papel e cartão;
- Plástico;
- Mistura de Metais;

Serão colocadas baias de separação com a área apropriada e estrutura de suporte de modo a diminuir a dispersão de resíduos.

As baias ou sacos de grandes dimensões devem ser em material com resistência às intempéries e impactos sugerindo-se a utilização de chapas metálicas idênticas às utilizadas na vedação do estaleiro.

No caso de materiais contendo amianto, deverão executar todos os procedimentos previstos no Plano de Trabalhos aprovado pelo ACT (Não aplicável).

No caso dos resíduos urbanos e equiparados indiferenciados, será previsto a existência de contentores distribuídos em obra.

A definição dos locais de armazenagem temporária deverá ter em conta os seguintes princípios:

Utilização futura do espaço em obra

Os espaços definidos para a armazenagem temporária de resíduos deverão manter-se durante toda a obra evitando-se assim alteração de rotinas por parte dos trabalhadores. Não sendo possível deverão manter-se inalterados pelo maior período de tempo possível.

Acessibilidade do mesmo pela empresa de recolha

Os espaços definidos para a armazenagem temporária de resíduos deverão permitir o acesso a estes locais pela empresa de transporte bem como devem estar definidos os circuitos de recolha por parte desta.

Acesso a pessoas estranhas

Caso exista necessidade de a zona de recolha temporária ser instalada fora da vedação da obra deverá ser assegurado que não existe contacto entre pessoas estranhas à obra e os contentores de resíduos.

A definição destas zonas de armazenamento temporário está claramente identificada na Planta de Estaleiro anexa ao Desenvolvimento Prático do Plano de Segurança e Saúde.

Triagem

Os materiais que não sejam possíveis reutilizar e que constituam RCD são obrigatoriamente objeto de triagem em obra com vista ao seu encaminhamento, por fluxos e fileiras de materiais, para reciclagem ou outras formas de valorização junto de operador licenciado.

Desta forma será aplicada uma metodologia de triagem, que permita a separação na origem, considerando que:

- Na fase de triagem os resíduos devem ser separados em perigosos e não perigosos;
- No local de acondicionamento deverá ser efetuada uma deposição centralizada e organizada, em contentores apropriados para os diversos tipos de resíduos;
- Em caso de impossibilidade de triagem na obra, os RCD devem ser encaminhados para operador licenciado que proceda à triagem previamente à operação de valorização ou eliminação.

4. OPERAÇÕES DE GESTÃO POR ENTIDADES EXTERIORES

4.1. Transportes de Resíduos

O operador deverá estar devidamente licenciado para efetuar o transporte de mercadorias pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT) ou ser o próprio produtor (Entidade Executante ou seus subcontratados) a efetuar

esse transporte no caso de se tratar de resíduos não perigosos. Caso os resíduos sejam perigosos, deverá o seu transportador estar devidamente licenciado para esse efeito.

Será entregue à Fiscalização sempre que solicitado uma cópia do certificado de licença caso o mesmo não seja efetuado pelo produtor.

4.2. Destino Final

O operador responsável pelo destino final deverá cumprir um dos métodos enumerados para a correta eliminação ou valorização dos resíduos de acordo com o Anexo III da Portaria n.º 209/2004.

Em conformidade com o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, os resíduos devem ser geridos sem pôr em perigo a saúde humana e sem a utilização de processos ou métodos suscetíveis de prejudicar o ambiente. Nos termos da legislação vigente, as operações D3 e D11 são proibidas no território nacional.

De acordo com o diploma legal de gestão de RCD, o princípio da hierarquia de gestão de resíduos visa preferencialmente a prevenção ou redução da produção ou nocividade dos resíduos e, subsidiariamente, assegurar a sua valorização, nomeadamente através de reciclagem, devendo a eliminação adequada dos mesmos ser equacionada apenas para situações em que proceder à sua valorização não se afigura viável.

As operações constantes do Anexo III da Portaria n.º 209/2004, são as seguintes:

A — Operações de eliminação de resíduos

D1 — Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc.).

D2 — Tratamento no solo (por exemplo, biodegradação de efluentes líquidos ou de lamas de depuração nos solos, etc.).

D3 — Injeção em profundidade (por exemplo, injeção de resíduos por bombagem em poços, cúpulas salinas ou depósitos naturais, etc.).

D4 — Lagunagem (por exemplo, descarga de resíduos líquidos ou de lamas de depuração em poços, lagos naturais ou artificiais, etc.)

D5 — Depósitos subterrâneos especialmente concebidos (por exemplo, deposição em alinhamentos de células que são seladas e isoladas umas das outras e do ambiente, etc.).

D6 — Descarga para massas de águas, com exceção dos mares e dos oceanos.

D7 — Descarga para os mares e ou oceanos, incluindo inserção nos fundos marinhos.

D8 — Tratamento biológico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12.

D9 — Tratamento físico-químico não especificado em qualquer outra parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12 (por exemplo, evaporação, secagem, calcinação, etc.).

D10 — Incineração em terra.

D11 — Incineração no mar.

D12 — Armazenagem permanente (por exemplo, armazenagem de contentores numa mina, etc.).

D13 — Mistura anterior à execução de uma das operações enumeradas de D1 a D12.

D14 — Reembalagem anterior a uma das operações enumeradas de D1 a D13.

D15 — Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).

B — Operações de valorização de resíduos

R1 — Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia.

R2 — Recuperação/regeneração de solventes.

R3 — Reciclagem/recuperação de compostos orgânicos que não são utilizados como solventes (incluindo as operações de compostagem e outras transformações biológicas).

R4 — Reciclagem/recuperação de metais e de ligas.

R5 — Reciclagem/recuperação de outras matérias inorgânicas.

R6 — Regeneração de ácidos ou de bases.

R7 — Recuperação de produtos utilizados na luta contra a poluição.

R8 — Recuperação de componentes de catalisadores.

R9 — Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos.

R10 — Tratamento no solo em benefício da agricultura ou para melhorar o ambiente.

R11 — Utilização de resíduos obtidos em virtude das operações enumeradas de R1 a R10.

R12 — Troca de resíduos com vista a, submetê-los a uma das operações enumeradas de R1 a R11.

R13 — Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efetuada).

Os operadores escolhidos para efetuarem uma das operações acima descritas deverão estar devidamente licenciados pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e deve ser requerida uma cópia dessa licença a entregar à Fiscalização.

A escolha do operador de destino final deverá ter em atenção o princípio da valorização ao invés da eliminação de resíduos.

GUIA DE ACOMPANHAMENTO DE RCD (GARCD)

Em conformidade com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, os resíduos serão acompanhados por guias de acordo com o modelo disponível no Portal da Agência Portuguesa do Ambiente (Modelo em anexo).

Sempre que solicitado será entregue o Impresso específico “Controlo da Emissão de Guias de Acompanhamento de Resíduos - GAR” devidamente preenchido.

5. ANEXOS

Todos os documentos emitidos serão arquivados nos respetivos anexos.

Para o desenvolvimento do PPGRCD, são identificados e descritos os seguintes anexos:

Anexo 1 – Divulgação do PPGRCD

Anexo 2 – Mapa Gestão de Resíduos

Anexo 3 – Documentação de Operadores

Anexo 4 – Guia de Acompanhamento de RCD – e-GAR

Anexo 5 – Controlo de emissão de e-GAR

Anexo 1

BEAUTIFUL ANGELS, LDA		
FOLHA DE REGISTO DE DISTRIBUIÇÃO DO PPGRCD		
ENTIDADE	DATA	ASSINATURA

Anexo 2

[illegible]

Anexo 4



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Anexo 5



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**



**Financiado pela
União Europeia**
NextGenerationEU